

SUMÁRIO

MISSÃO E OBJETIVOS DA REVISTA DOS TRIBUNAIS.....	9
EDITORIAL.....	11
DOCTRINA	
DESTAQUES	
Direito digital: da inteligência artificial às <i>legaltechs</i> <i>Digital law: from artificial intelligence to legaltechs</i> PATRICIA PECK GARRIDO PINHEIRO.....	25
A inclusão digital como direito fundamental na sociedade da informação <i>Digital inclusion as fundamental law in the information society</i> EMERSON PENHA MALHEIRO.....	39
O <i>enforcement</i> do direito dos provedores de implementar franquia de dados (<i>datacap</i>) na internet fixa <i>The enforcement of the provider's claim to implement datacap on the broadband internet</i> EDUARDA MORAES CHACON.....	55
DIREITO ADMINISTRATIVO	
Improbidade administrativa em matéria ambiental <i>Administrative improbit in environmental matters</i> LUCIANA VILAR DE ASSIS; MARIA DO SOCORRO DA SILVA MENEZES e ARYADNE THAÍS DA SILVA MENEZES.....	77
DIREITO AMBIENTAL	
A responsabilidade compartilhada na gestão de resíduos sólidos e os princípios da precaução e da prevenção <i>Shared liability on management of wastes and applicability of precautionary principle</i> EDUARDO DE CAMPOS FERREIRA.....	103

DIREITO CONSTITUCIONAL

O modelo constitucional de assistência jurídica (Defensoria Pública) e o sistema federativo: defensorias municipais? O caso da ADPF 279

The constitutional's model of legal aid (Brazilian Public Defender) and the federative system: municipal public defense? The case of ADPF 279

MAURILIO CASAS MAIA..... 127

DIREITO DO TRABALHO

Trabalho informal na China

Informal employment in China

WEI DAN..... 161

Da violação dos compromissos internacionais quanto à vedação de "trabalho escravo" em face da Portaria 1.129/17 do Ministério do Trabalho

The violation of international commitments regarding the seal of "slave work" facing Portaria 1,129/17 of the Ministry of Labor

ROCCO ANTONIO RANGEL ROSSO NELSON; ISABEL CRISTINA AMARAL DE SOUSA ROSSO NELSON e WALKYRIA DE OLIVEIRA ROCHA TEIXEIRA..... 177

DIREITO PENAL

Culpabilidade, pessoa jurídica criminoso e delitos empresariais

Culpability, criminal responsibility of a juridical person and corporate crime

EVÂNIO MOURA..... 217

A custosa questão carcerária brasileira e as inverdades convenientes

The difficult and costly Brazilian prison question

FRANCISCO GLAUBER PESSOA ALVES..... 241

DIREITO PROCESSUAL

A garantia da motivação e o artigo 935 do Código Civil: a inconstitucionalidade da vinculação do juízo cível às sentenças do Tribunal do Júri

Reasoned decisions and the article 935 of the brazilian Civil Code: unconstitutionality of the binding effects from the jury's decisions to the civil justice

DANIEL DE OLIVEIRA PONTES..... 269

A revisão do acordo de colaboração premiada e o aproveitamento da prova já produzida

The plea bargaining review and the utilization of the already produced evidence

HUMBERTO DALLA BERNARDINA DE PINHO e PAULO WUNDER 289

DIREITO SOCIETÁRIO

Estratégias para a regulação dos grupos de sociedades

Regulatory strategies for the corporate groups

DANILO BORGES DOS SANTOS GOMES DE ARAUJO..... 319

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fundamentos da imunidade intergovernamental recíproca <i>Foundations of reciprocal intergovernmental immunity</i> EDUARDO JOBIM	337
---	-----

EM DEBATE

Por que as leis que limitam a atuação do Airbnb nos Estados Unidos seriam incompatíveis com o sistema jurídico brasileiro? <i>Why the laws that limit Airbnb's action in the United States would be incompatible with the Brazilian legal system?</i> TARCISIO TEIXEIRA e GREGORY TONIN MALDONADO	365
---	-----

PARECER

Parecer JOSÉ MIGUEL GARCIA MEDINA	389
--	-----

MEMÓRIA DO DIREITO

Independência e harmonia dos poderes PONTES DE MIRANDA	411
---	-----

JURISPRUDÊNCIA COMENTADA**SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

- TAXA – Siscomex – Majoração de alíquota por Portaria do Ministério da Fazenda – Lei que, embora tenha permitido o reajuste dos valores pelo Poder Executivo, não fixou balizas mínimas e máximas para eventual delegação tributária.
Comentário por GABRIEL MAGALHÃES BORGES PRATA.....
- 439

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- REGISTRO PROFISSIONAL – Inscrição de instrutor de *pole dance* no Conselho Regional de Educação Física – Alteração das conclusões da Corte de origem, de que estaria a atividade associada à dança e não à atividade física propriamente dita.
Comentário por PHILLIP GIL FRANÇA: A aplicação e a abrangência consequencialista do princípio da legalidade.....
- 465

- RESPONSABILIDADE CIVIL – Indenização – Danos material e moral – Veiculação não autorizada da imagem de filha de autora renomada em programa televisivo – Atividade jornalística que reforça a promessa de superar a injustiça e a intolerância.
Comentário por ALANA GABI SICUTO 477
- PENA – Tráfico ilícito de drogas – Utilização de condenação não transitada em julgado para afastar causa de diminuição da reprimenda – Réu que se dedica às atividades criminosas.
Comentário por ALENCAR FREDERICO MARGRAF e MEG FRANCIELI SVISTUN: Utilização de inquérito policial e ação penal em andamento para afastar a aplicabilidade do § 4º do artigo 34 da Lei de Drogas: uma análise dos Embargos de Divergência no REsp 1.431.091/SP 523

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1.ª REGIÃO

- RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO – Indenização – Dano moral – Aluna que sofre uma série de ofensas no âmbito de escola federal em virtude de discordância com procedimento adotado pelo professor para pontuação em prova.
Comentário por RAPHAEL FRAEMAM BRAGA VIANA: Danos morais indenizáveis: abalo psicológico ou violação a direitos fundamentais? 553

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

- CONTRATO DE TRABALHO – Pagamento de verbas rescisórias por cheque de outra praça – Incidência de multa por atraso devido à compensação em data posterior – Empregador que, optando por essa modalidade de pagamento à vista, mas cujo crédito só se torne disponível após o decurso do prazo legal, deixa de cumprir a previsão contida no art. 477, § 6.º, da CLT.
Comentário por CLÁUDIO VICTOR DE CASTRO FREITAS: A extinção do contrato de trabalho sem justo motivo e pagamento das verbas rescisórias. Formas de pagamentos e prazos legais 565

JURISPRUDÊNCIA ANOTADA NA ÍNTEGRA

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

- LAVAGEM DE DINHEIRO – Crime que é permanente, protraindo-se sua execução até que os objetos do branqueamento sejam conhecidos, razão pela qual, ademais, a prescrição se inicia no dia da cessação da permanência – Atos praticados durante a vigência da Lei 9.613/1998, não havendo que se falar em retroatividade da norma penal em desfavor do réu, muito embora o crime anterior tenha sido praticado antes de sua entrada em vigor 581

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- CONTA-CORRENTE – Constrição sobre todo saldo de conta conjunta – Contratação de conta-corrente por mais de um titular, ademais, que não deduz a unicidade de suas obrigações pessoais, uma vez que são solidários somente perante o banco 781

JURISPRUDÊNCIA ANOTADA**SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

- TOMBAMENTO – Nulidade – Não realização de audiência pública que não fere o contraditório e a ampla defesa – Instituto, ademais, que possui regramento específico próprio – Princípio da especialidade da norma que se evidencia 797
- AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – Norma estadual que especifica cuidados médicos e assistência a vítimas incapacitadas por queimaduras – Mera especificação nos padrões de atendimento da rede pública de saúde garantido a determinada classe de pacientes 799
- MUNIÇÃO – Posse irregular – Caracterização – Projéteis desacompanhados de arma de fogo apta à deflagração – Crime de perigo abstrato que não exige demonstração concreta da ofensividade para consumação 802

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- CONTRATO – Corretagem – Pagamento de comissão após desfazimento do negócio de compromisso de compra e venda – Descoberta, a partir de posterior análise de documentos, acerca da existência de ação de desapropriação sobre o bem 807
- LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO – Ação de dissolução de sociedade anônima fechada – Legitimidade passiva que recai sobre a própria companhia e não sobre todos os acionistas 809
- SOCIEDADE ANÔNIMA – Dissolução parcial – Preponderação do liame subjetivo entre os sócios 809
- PENHORA – Pequena propriedade rural – Inexigibilidade que o débito seja originário da atividade produtiva e o imóvel sirva de moradia ao executado 811
- RESPONSABILIDADE CIVIL – Indenização – Dano moral – Consumidora que encontrou corpo estranho no interior de pacote de biscoito recheado 813
- USUCAPIÃO – Imóvel que compõe massa falida – Prescrição aquisitiva da propriedade que é interrompida somente no momento da decretação da falência – Período efetivo de ocupação, ademais, inferior ao legalmente exigido que impede a aquisição da propriedade 815

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2.ª REGIÃO

- LEGITIMIDADE ATIVA *AD CAUSAM* – Empresa que busca o reconhecimento de sua titularidade sobre marca comercial de vodka importada da Rússia – Direitos de propriedade que foram transferidos, sob o argumento de que a transformação de uma das empresas detentoras não teria se operado da forma devida 819

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO

- LEGITIMIDADE ATIVA *AD CAUSAM* – Nunciação de obra nova com pedido demolitório – Demanda movida pelo Município com base em ausência de alvará 825

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MATO GROSSO DO SUL

- SERVIDOR PÚBLICO – Adicional de função – Extensão à servidor aposentado – Benefício que é devido durante o período de vigência do regramento mesmo na inatividade – Correção monetária, ademais, que deve seguir a orientação fixada pelo Supremo Tribunal Federal em julgamento de repercussão geral 829

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

- AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Obrigação de fazer – Instalação de Conselhos Tutelares devidamente aparelhados – Intervenção do Poder Judiciário para cumprimento das políticas públicas constitucionalmente previstas por parte do Poder Executivo inadimplente que não fere a separação dos poderes..... 833

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA

- PROCESSO LEGISLATIVO – Lei municipal – Norma resultante de conversão de Medida Provisória editada por Prefeito sem autorização da Lei Orgânica Municipal – Conduta que fere norma constitucional de observância obrigatória..... 837

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

- LEGITIMIDADE PASSIVA *AD CAUSAM* – Ação indenizatória por dano moral – Programa humorístico – Demanda interposta contra ator-humorista e apresentador solidariamente à emissora de TV – Conduta do intérprete que destaca sua autonomia e liberdade na criação de situações embaraçosas, indo além de possíveis ordens de sua empregadora 843

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA

- SENTENÇA – Julgamento *extra petita* – Magistrado que extingue a execução em relação às verbas honorárias do advogado sem que haja impugnação específica – Prerrogativa do Estado-juiz, independentemente de provocação, de zelar para que a satisfação das obrigações guarde estrita observância ao que tem direito o credor. 849

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

- MULTA – Infração de trânsito – Autuação e imposição da penalidade por empresa privada – Poder de polícia da Administração Pública que é indelegável 853

TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

- CERCEAMENTO DE DEFESA – Processo Administrativo Disciplinar Militar – Nomeação de oficial bacharel em direito como defensor *ad hoc* – Ausência de defesa técnica em âmbito administrativo que não é capaz de macular o procedimento..... 857

ÍNDICE ALFABÉTICO–REMISSIVO

ÍNDICE DE TEMAS	861
ÍNDICE DE AUTORES	865
NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES DE COLABORAÇÃO AUTORAL INÉDITA.....	869